



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Marcos da Conceição Soares

**O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO PAIF:
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

Florianópolis

2023

Marcos da Conceição Soares

**O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO PAIF:
DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni.

Florianópolis

2023

da Conceição Soares, Marcos

O trabalho social com as famílias no PAIF : desafios e potencialidades / Marcos da Conceição Soares ; orientadora, Rúbia dos Santos Ronzoni, 2023.

49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Trabalho Social com as famílias. 3. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. 4. Centro de Referência da Assistência Social . I. dos Santos Ronzoni, Rúbia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Marcos da Conceição Soares

**O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NO PAIF: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel” em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso Serviço Social

Florianópolis, 28 de novembro de 2023.

Profa. Dra. Heloísa Teles
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni - Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Carla Rosane Bressan - Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina
Avaliadora

Luísa Bohnenberger - Avaliadora
Assistente Social

Este trabalho é dedicado às minhas queridas professoras, Prof.^a Dra. Helenara Fagundes e Prof.^a Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a DEUS e à Maria Santíssima por me permitir chegar até aqui.

A minha família, minha mãe, meu pai, meus irmãos, pelo amor incondicional, por acreditarem em mim, me incentivarem a ir em busca dos meus sonhos; a minha grande amiga, Sabrina Melo, pela amizade verdadeira, por acreditar em mim, me incentivar e, sobretudo, por me fazer acreditar que seria possível entrar para uma Universidade Pública Federal.

A minha supervisora de estágio, Adriana Rosa, pelos seus ensinamentos, e pelo acolhimento; a toda a equipe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Continente II, pessoas que levarei como amigos para sempre.

À minha orientadora de TCC, Rúbia dos Santos Ronzoni, pelos ensinamentos, paciência e dedicação; a todas as pessoas que cruzaram meu caminho nesse processo de formação acadêmica, pessoas que foram luz em meu caminho, nos momentos que mais precisei, acredito que são anjos, que tiveram o momento certo de chegar e de partir.

Gratidão!

O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher!

Cora Coralina

RESUMO

Nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaboram-se reflexões acerca do Trabalho Social com Famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no CRAS Continente II, do município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Para tanto, elege-se como objetivo geral analisar o trabalho social realizado com as famílias em acompanhamento no PAIF. Como objetivos específicos destacam-se: compreender como se dá o acompanhamento familiar; identificar as possibilidades e limites da intervenção profissional dos/das assistentes sociais no âmbito do PAIF; elencar as potencialidades do trabalho social com as famílias na proteção básica. A metodologia utilizada, além da pesquisa bibliográfica, foi a pesquisa empírica com assistentes sociais do CRAS Continente II, do município de Florianópolis, cujo instrumento de coleta de dados foi o questionário. Como resultados, pode-se verificar que, apesar das difíceis condições objetivas de trabalho e face à conjuntura, o trabalho social com famílias tem potencializado ações no território de abrangência e cumprido com sua função de proteção social básica.

Palavras-chave: Trabalho Social com as famílias; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

ABSTRACT

In this Course Conclusion Paper, reflections are elaborated on Social Work with Families in the Family Protection and Comprehensive Care Service, in the municipality of Florianópolis, in the state of Santa Catarina. To this end, the general objective was to analyze the social work carried out with families being monitored at PAIF. Specific objectives include: understanding how family support is provided; identify the possibilities and limits of the professional intervention of social workers within the scope of PAIF; list the potential of social work with families in basic protection. The methodology used, in addition to bibliographical research, was empirical research with social workers from CRAS Continente II, from the municipality of Florianópolis, whose data collection instrument was the questionnaire. As a result, it can be seen that, despite the difficult objective working conditions and given the current situation, social work with families has enhanced actions in the territory covered and fulfilled its function of basic social protection.

Keywords: Social work with families; Family Protection and Comprehensive Assistance Service; Social Assistance Reference Center.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação das participantes da pesquisa.....	29
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONG	Organização Não Governamental
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PAF	Plano de Acompanhamento Familiar
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
SAFI	Sistema de Acompanhamento da Família e Indivíduo
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	15
2 O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20
3 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	24
3.1 O CONTEXTO SOCIO-INSTITUCIONAL DA PESQUISA: CRAS CONTINENTE II	25
3.1.1 Estrutura Organizacional	26
4 AS POTENCIALIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS E SEU.....	29
IMPACTO SOCIAL	29
4.1 DIAGNÓSTICO SÓCIO TERRITORIAL.....	30
4.2 O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS	31
4.3 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR.....	32
4.4 INSTRUMENTO E TÉCNICAS	34
4.5 PILANEJAMENTO DAS AÇÕES E DOS SERVIÇOS.....	35
4.6 A ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR	36
4.7 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	38
4.8 LIMITES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	39
4.9 POTENCIALIDADES DO TRABALHO REALIZADO.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	48

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) problematiza as possibilidades e os limites do trabalho social com as famílias no Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF). A temática sempre foi alvo de interesse do graduando, especialmente a partir da experiência do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Continente II, com início em 11 de março de 2019 e término em 02 de outubro de 2021. No período, foi possível vivenciar e conhecer as atividades realizadas no PAIF pela equipe técnica, que aconteciam de forma individual e/ou coletiva.

Nesse espaço sócio ocupacional, foi possível observar com inquietude o acompanhamento familiar, momento de muito aprendizado, mas que também gerou vários questionamentos quanto ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais vivenciadas por estas.

Dessa forma, problematizar o Trabalho Social com as Famílias no PAIF é também refletir sobre a realidade que vivem e enfrentam no cotidiano, entendendo as pressões sociais as quais as famílias estão implicadas, viabilizando sua proteção social através da articulação das políticas sociais.

O CRAS é a porta de entrada para o sistema de proteção social, pois neste equipamento social são identificadas as demandas que se apresentam no território de abrangência. Nesse sentido, a equipe interdisciplinar poderá acionar a rede intersetorial para a garantia de direitos.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o PAIF é o principal serviço ofertado de forma obrigatória e exclusivamente dentro dos CRAS. Consiste no trabalho social com as famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir rupturas dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto a direitos e, por fim contribuir na melhoria da sua qualidade de vida. Dentre as ações do PAIF, destacam-se a acolhida, as oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e os encaminhamentos. Além disso, são realizadas campanhas socioeducativas e ações coletivas, que serão apresentadas neste estudo.

Esse serviço prevê o desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meios de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Visa também promover o acesso aos benefícios, programas de transferências de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social da assistência social.

Neste ínterim, este Trabalho de Conclusão de curso tem como objetivo principal analisar o trabalho social realizado com as famílias em acompanhamento no PAIF, vinculado aos CRAS do município de Florianópolis. Como objetivos específicos tem-se: compreender como se dá o acompanhamento familiar; identificar as possibilidades e limites da intervenção profissional dos Assistentes Sociais no âmbito do PAIF; e elencar as potencialidades do trabalho social com famílias na Proteção Social Básica.

No que se refere à metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados foi o questionário. A escolha deve-se ao fato de que, à época, estávamos no período pós pandêmico e o questionário pôde ser enviado por e-mail, com prazo para devolução, facilitando a proposta metodológica.

O público alvo são as assistentes sociais que atuam no CRAS Continente II. Cabe destacar que o presente estudo foca apenas no trabalho realizado pelas profissionais de Serviço Social, por ser essa a profissão no qual o discente está aperfeiçoando seus conhecimentos e sente-se mais confortável para analisar.

Os resultados dessa pesquisa possibilitarão a produção de conhecimentos, para então, refletir se a relação do trabalho social com as famílias no PAIF responde realmente as necessidades da população usuária, no sentido de articulação intersetorial e garantia de direitos.

A pesquisa mostra-se relevante para o Serviço Social por contribuir com reflexões acerca do cotidiano profissional, possibilitando aos assistentes sociais pensarem suas práticas colaborando para a dimensão investigativa da realidade e sobretudo, contribuir com o processo de valorização e qualificação dos serviços, para melhor atender as usuárias. Neste estudo, optamos por utilizar usuárias, considerando que majoritariamente são mulheres que buscam e acessam os serviços socioassistenciais.

Para dar conta da metodologia e objetivos supracitados, esse trabalho está estruturado em duas sessões. A primeira, aborda de forma sucinta a gênese da assistência social no Brasil, apontando seus avanços legais e desafios históricos, contextualiza o SUAS e o CRAS, enquanto espaço sócio institucional de pesquisa e o trabalho social com famílias enquanto um produto histórico que se altera de acordo com a dinâmica da realidade. Na segunda sessão, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa no CRAS Continente II, os dados coletados e por fim, a análise à luz do referencial teórico.

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Por muito tempo, no Brasil, a assistência aos mais pobres não foi foco de atenção por parte do poder público. No período da Velha República (1889-1930), o problema era tido como uma fatalidade e a assistência era deixada à iniciativa da Igreja, particulares e instituições religiosas filantrópicas como asilos e as Santas Casas de Misericórdia, sempre na perspectiva de caridade e não enquanto direito (Yasbek, 2004).

Era uma assistência esmolada, um conceito que se manteve até o século XVIII, e que aos poucos foi sendo substituída pelo que alguns especialistas caracterizavam como assistência disciplinada.

[...] a filantropia dos anos 1930, essencialmente disciplinadora, trouxe a marca do enquadramento físico, moral e social do pobre (adulto ou criança e adolescente, homem ou mulher), visando eliminar a sua “vadiagem”, tornando-o um trabalhador produtivo e disciplinado, harmonizado com interesses patronais, ampliando o exército de mão de obra adequado às possibilidades de trabalho que se abria (Mestriner, 2000, p. 48).

A partir da segunda metade do século XVIII, o país viveu o fim da escravidão, transição do modo de produção agrário para industrial e a chegada dos imigrantes estrangeiros, que aos poucos substituíam os escravos.

Pinto (2003) chama atenção para a invisibilidade da trajetória da população negra no período pré e pós abolição. Segundo a autora, os negros não recebiam assistência do Estado, nem da Igreja, nem dos antigos senhores. Ficaram à própria sorte e a única assistência que tinham era praticada por eles mesmos, através das irmandades e confrarias negras, que instituía as “caixas de socorro” para ajudar os irmãos mais necessitados. Nesta perspectiva, Costa (2020) destaca, em sua recente tese de doutorado, que as caixas supracitadas precedem a Lei Eloy Chaves, enfatizando o grande contingente de negros (escravizados e livres) como trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários que contribuíram para a construção da proteção social. O autor também apresenta as expressões afrodiáspóricas nas Américas e Caribe, mostrando a organização dos negros nos séculos XIX e XX. Fatos estes que foram historicamente negados.

Neste período, a assistência era realizada pela Igreja, que defendia os interesses da classe dominante e reforçava estereótipos de que o negro era preguiçoso, perigoso, não sabiam viver em sociedade, não os reconhecendo como seres humanos, sujeitos de direitos e cidadania.

Destaca-se o papel da Igreja católica e sua influência nos destinos da população negra durante e após a escravidão, e por ser essa mesma instituição que mais tarde dará origem ao Serviço Social Brasileiro. Neste sentido, Pinto (2003) reflete que, tanto a Igreja, quanto o Serviço Social e o Estado estiveram por muito tempo empenhados em alienar e explorar o povo.

As considerações supracitadas são de extrema relevância para compreendermos a transversalidade do tema, considerando que a população negra, sobretudo mulheres, tem sido, histórica e majoritariamente, o público das políticas sociais e beneficiárias de programas sociais no Brasil.

Retomando a história, com a industrialização, agudizaram-se as expressões da questão social em decorrência de más condições de trabalho. “[...] A expansão da classe operária e dos setores médios urbanos desenhou um novo contexto nas cidades, tanto em relação ao crescimento demográfico quanto ao aumento da pobreza” (Silva, 2014, p. 85).

Na época, o Estado aumentou sua atuação na área social, em resposta ao fortalecimento das lutas sociais e trabalhistas. A classe trabalhadora não aceitava a naturalização de exploração de misérias, questionando a sua condição, e com isso preocupando a classe burguesa. Neste sentido, muitas leis foram criadas com a intenção de apaziguar os ânimos da classe trabalhadora e contribuir para a manutenção do capitalismo (Yasbek, 2004).

A ação pública no campo social aumentou, o governo criou o Ministério do Trabalho, Indústrias e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em 1923, foi criada a primeira lei de amparo ao trabalhador no Brasil (Eloy Chaves), surgindo, além disso, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, os IAPs, peças de um sistema de previdência social baseado na lógica do seguro; ou seja, o acesso dos benefícios era condicionado ao pagamento de contribuição.

Essa legislação alcança o trabalhador organizado, o trabalhador do mercado formal e o trabalhador com carteira de trabalho, e deixa de lado qualquer ação de proteção social para os trabalhadores do mercado informal, para os pobres da sociedade naquele momento histórico (Yasbek, 2004).

Apesar dos avanços legais para os trabalhadores, não se percebiam mudanças na área social, e o Estado continuou reproduzindo um caráter clientelista, autoritário e assistencialista.

Em 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada por Getúlio Vargas, sendo a primeira instituição de assistência social no Brasil. Num primeiro momento, surgiu para atender famílias de pracinhas brasileiros enviados para a guerra e, posteriormente, passou a atender também os mais empobrecidos. A instituição reproduziu, na esfera pública, o modelo assistencialista que já se acontecia no campo não governamental, reforçando os laços de dependência dos mais vulneráveis.

A primeira dama, Darcy Vargas, adotou a instituição, que passou a ter no comando as esposas dos presidentes da república. Foi o início do chamado primeiro-damismo junto à assistência social (Mestriner, 2012).

A LBA se espalhou pelo país com a criação das comissões municipais, estimulando o voluntariado feminino, momento em que o modelo assistencial baseado na caridade e na benemerência foi aprofundado e ampliado.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é reconhecida como parte do tripé da Seguridade Social, ao lado da Previdência Social e da Saúde no seu Artigo 194. Com isso, houve um avanço significativo no que se refere a transição do assistencialismo para o campo dos direitos sociais reconhecidos pelo Estado (Mestriner, 2012).

Em 1993, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), foram criados conselhos, fundos e planos, para a execução da política de assistência social.

A LOAS também é um marco por caracterizar a Assistência Social como não-contributiva, descentralizada e participativa, por meio do Controle Social, que são as criações de conselhos para participação popular) integrando as esferas públicas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e as entidades não-públicas (Organizações Não Governamentais, Instituições Sem Fins Lucrativos, entre outros).

Em 1997, por sua vez, foi implementada a Norma de Operação Básica da Assistência Social (NOB/1997), que teve o objetivo de concretizar os princípios da LOAS (Couto, 2004).

Em 2003, cria-se o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), cuja finalidade era de reordenar a política de Assistência Social no Brasil, e de refletir a participação popular e a descentralização. Sendo assim, o MDS institui a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tinha como objetivo:

Considerar as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são

os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção (Ministério do Desenvolvimento Social, 2004, p. 01).

Com a IV conferência de Assistência Social, aprova-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que compõe a PNAS. Ou seja, o SUAS efetiva a PNAS (Mestriner, 2012).

O SUAS é dirigido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e é composto pelo Poder Público e sociedade civil, que participam deste processo de gestão. Sendo assim,

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (Ministério do Desenvolvimento Social, 2004, p. 01).

Cabe destacar que muitas normativas foram criadas no período, com intuito de fornecer orientações para que os municípios pudessem se adequar à nova organização da política em todo território nacional. Nessa lógica, algumas normas foram de suma importância para balizar as ações e contribuir com a gestão dos serviços tais como a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais entre outros.

A NOB/SUAS (2004) padroniza, em território nacional, as formas de organização, gestão, administração de recursos e financiamento. Esta norma trouxe consigo conceitos norteadores para atuação do SUAS, como por exemplo, a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político-administrativa e a territorialização, o controle social, a política de recursos humanos, entre outros (Couto, 2004).

Já a NOB-RH/SUAS (2006) vem para orientar sobre as características profissionais e parâmetros para atuação no SUAS.

Além disso, a Resolução nº 109, de dezembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que descreve e uniformiza os serviços por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (CREAS, Centro POP e Unidades de Acolhimento).

Interessa, nesse estudo, apresentar e aprofundar o debate sobre a Proteção Social Básica, em especial, nos equipamentos CRAS, por ter sido este o local de realização de estágio curricular obrigatório a ser apresentado mais adiante.

2 O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Serviço Social brasileiro tem uma profunda relação com o trabalho social com famílias desde o início da profissão. Mioto (2019) vai conceituar o trabalho social com as famílias como parte dos processos de intervenção nas famílias, que ocorrem em determinados momentos históricos e, em determinadas sociedades, a partir de diferentes concepções que se tem em relação a ela. Desenvolve -se de forma coletiva através de um conjunto de ações profissionais que envolve diferentes serviços e instâncias políticas. Esse conjunto de ações tem como base os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos e devem estar estruturados na materialidade.

Inicia-se o processo de atenção às famílias a partir da década de 1930, principalmente com as famílias que vão se inserir na industrialização. A atuação da Igreja começa a ser acompanhada de profissionais, tais como assistentes sociais, enfermeiros, que ao intervirem com a classe trabalhadora e suas famílias, as tornam objeto de prática de cunho disciplinador e moralizante, delimitando formas de sociabilidade, valores, hábitos e condutas. Defendiam o modelo de família nuclear, como padrão a ser seguido: uma família branca, higienista e patriarcal. O trabalho com famílias vai se destacando à medida que vai aumentando o processo de industrialização, principalmente das décadas de 1940 a 1960. Neste sentido, a intervenção de assistentes sociais perpassa por corrigir condutas consideradas antissociais por parte das famílias (Mioto, 2016).

Nas décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social passa a produzir conhecimento com referências críticas e latino-americanas, que irão impactar no trabalho com as famílias. Aliando as novas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, e o avanço da legislação apresentado anteriormente, terão-se novas bases para a relação do Serviço Social com as famílias atendidas, para sua proteção social.

De acordo com Netto (1991), devido as exigências do processo mundial de direitos humanos, havia uma concentração de esforços para a formulação de uma perspectiva modernizadora do Serviço Social, interrompidos pela Ditadura Militar (1964-1985).

Portanto, essa busca por transformação não foi esquecida, sendo retomada entre os anos de 1967 e 1984, momento em que aconteceu esse processo de renovação do Serviço Social. Nos primeiros momentos, os encontros proporcionaram as primeiras discussões, foram

realizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social (CBCISS), contando com a participação de assistentes sociais e professores.

Nesse contexto, a ruptura com o Serviço Social tradicional é marcada por dois seminários: Araxá (1967), realizado em Minas Gerais, o qual visava melhores condições ao ser humano, com base teórica a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); e o Seminário de Teresópolis (1970), realizado no Rio de Janeiro. Esses dois encontros ajudaram o Serviço Social a adquirir cientificidade e legitimação teórica-metodológica (Netto, 1991). São movimentos considerados como processos de Reconceituação do Serviço Social, ganhando visibilidade. Mesmo que, no Brasil, essa nova perspectiva não tenha sido desenvolvida fortemente pela categoria, por causa da Ditadura Militar, trouxe ganhos significativos aos profissionais de outros países da América Latina.

A partir da década de 1980, é possível notar que a formação e o exercício profissional dos assistentes sociais foi se adequando aos poucos a esse processo de modernização, possibilitando uma perspectiva crítica, inspiradas por teorias Marxistas, que levam em conta as contradições de classes, buscando compreender o indivíduo na sua totalidade.

Netto (1991) entende que isso foi possibilitando, à categoria, o rompimento com práticas e pensamentos conservadores, conduzindo a um projeto profissional fundado por três dimensões: teórica-metodológica, ética-política e técnica-operativa.

Passa-se a ter uma perspectiva de dever do Estado, em relação à garantia de direitos mais universais. Rompe-se, então, com a ideia de que só a Igreja ou só a filantropia vai ser responsável pela proteção das famílias. A Assistência Social passa a utilizar a perspectiva de incondicionalidade para acessar esses serviços, de forma universal (Miotto, 2016).

As décadas de 1990 a 2000 tem um contexto contraditório. De um lado, a Constituição que universaliza direitos; por outro lado, o Estado massivamente incentivando o desenvolvimento de Programas de Transferência de Renda, em detrimento das políticas universalizantes e de proteção aos trabalhadores. As parcerias são retomadas, diminuem-se os recursos com os serviços universalistas e a família é tida como instância primeira para a proteção social.

Miotto (2016), no debate da centralidade na família, vai apontar que um desafio vai ser a dificuldade em estabelecer um consenso sobre o campo e a inter-relação entre família e Política Social. A autora destaca que há um consenso sobre as políticas sociais para enfrentar e as vulnerabilidades e sustentar a vida familiar, mas não há consenso sobre o que é família.

Então, encontra-se um problema. Sabe-se que é necessário que a família assuma a responsabilidade no processo de sociabilidade, mas é preciso saber qual é a responsabilidade do Estado.

Cabe destacar que o conceito de família sofreu inúmeras alterações ao longo da história. Atualmente, de acordo com a PNAS, o conceito de família é: “conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica” (PNAS, 2004, n.p.). Entretanto, alguns autores criticam a forma como essa família vem sendo apropriada no que se refere à proteção social estatal.

Nesse sentido, a autora caracteriza o *Familismo*, enquanto crença de uma perspectiva neoliberal de que a família tem que dar conta de proteger seus membros mesmo que não tenham condições. Para ela, o Familismo pode ser conceituado como o papel da família na provisão social, sendo responsável pelo bem-estar de seus membros, mediante a transferências, materiais, imateriais, especialmente trabalho doméstico, o cuidado (Mioto, 2016).

Além do mais, Mioto (2016) também evidencia que há um tensionamento ao pensar a responsabilização da família e os processos de defesa da cidadania. O Estado brasileiro está dando grande peso para as famílias, está cada vez menor e o mercado aumenta a oferta de serviços para aquelas pessoas que podem pagar. Já as que não podem pagar, recorrem à filantropia, ao terceiro setor. Assim, evidencia-se uma refilantropização da Assistência Social no Brasil.

A autora faz referência à Política de Assistência Social principalmente pela diretriz da matriacialidade sociofamiliar, que coloca o controle social exercido sobre as famílias e a garantia de direitos, mesmo com a discussão de direitos, indicando a persistência de ações de caráter disciplinador dirigido às famílias que falham no exercício da proteção, ou que não conseguem, através de seus recursos, se reestruturarem ou exercer ações protetivas. Destaca, ainda, que em nome da convivência familiar e comunitária, há uma imposição do cuidado, a qual as famílias são obrigadas a recolher em suas casas os idosos, que por exemplo, negligenciaram seus filhos. Ao mesmo tempo, as famílias vão conviver com os cuidados das crianças pequenas, com o cuidado das pessoas com doenças crônicas, pessoas idosas, etc. Há grande incidência de responsabilização via judicial das famílias pelo cuidado e proteção. Sob essa lógica, esse controle social traz à tona práticas conservadoras.

Nesse sentido, propõe-se alguns caminhos para superação dessa responsabilização das famílias. Entre eles, colocam-se ações para romper com a carga feminina na reprodução social

do trabalho, além de propor mudanças nos diferentes planos das relações familiares. Ou seja, para além do trabalho referente às singularidades das famílias, prioriza-se o trabalho no campo da avaliação e articulação das políticas sociais e dos serviços sociais disponíveis ou que necessitam estar disponíveis para atender com qualidade as necessidades destas.

O trabalho do assistente social com as famílias não pode estar só localizado nas singularidades daquela família, é preciso que se pense nessa articulação intersetorial, no trabalho interdisciplinar para além da atenção unicamente para as famílias.

Para tanto, pode-se propor ações de natureza *política organizativas*, para além dos serviços da assistência. É necessário ocupar os espaços de controle social, de mobilização e organização para com essas famílias, mas com outros serviços e outras políticas sociais (Mioto, 2016).

Pode-se também propor *ações de gestão e planejamento*. Além de meros executores terminais de políticas sociais, temos que pensar a partir da realidade com a qual trabalhamos, propondo, então, ações que atendam às necessidades das famílias dentro do serviço. Muito provavelmente, a Política Social sozinha não dará conta de uma imensa demanda cada vez mais complexa que essas famílias trazem.

3 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Conforme se destacou na introdução, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar o trabalho social realizado com as famílias em acompanhamento no PAIF. Como objetivos específicos, visa-se compreender como se dá o acompanhamento familiar, identificar as possibilidades e limites da intervenção profissional dos Assistentes Sociais no âmbito do PAIF e elencar as potencialidades do trabalho social com famílias na Proteção Social Básica. O espaço socioinstitucional da pesquisa foi o CRAS Continente II, por ser este o local onde o discente realizou estágio Curricular Obrigatório.

Para cumprir com os objetivos propostos, utiliza-se a pesquisa de cunho qualitativo, cujo instrumento de coleta de dados foi um questionário com 14 questões abertas, enviado por e-mail, no dia 14 de junho de 2022, para os profissionais de Serviço Social do referido CRAS. Este foi respondido e devolvido no dia 29 de junho de 2022 (anexo 1). No questionário, buscou-se conhecer a percepção do Serviço Social no contexto do PAIF, por ser este o curso em formação do discente.

O PAIF do CRAS Continente II possui 03 assistentes sociais¹ vinculadas e todas responderam à pesquisa, obtendo-se, dessa forma, o universo total da coleta.

Opta-se pela abordagem qualitativa, pois objetiva analisar os significados que os indivíduos atribuem às suas ações e relações sociais estabelecidas entre os sujeitos. Como explica Minayo (2016),

A pesquisa qualitativa como um conjunto de fenômenos humanos que pode ser entendido como parte de uma da realidade social, uma vez que o ser humano pode agir e pensar sobre o que faz e interpreta sua ação dentro e a partir da sua realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes (Minayo, 2016, p. 20).

O motivo pelo qual se optou pelo questionário como instrumento de coleta de dados, deve-se ao contexto pandêmico da Covid-19², em que os atendimentos no respectivo CRAS não estavam sendo realizados de forma presencial.

¹ Salienta-se que foram utilizados nomes fictícios, para preservar a identidade das participantes envolvidas.

² A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o Covid-19, causado pelo novo coronavírus, como uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (Organização Pan-Americana da Saúde, 2022).

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses expectativas, situações vivenciadas, etc (Gil, 2002, p. 124).

Como subsídio para análise dos dados, foram sistematizadas as falas e analisadas à luz do referencial teórico do Serviço Social e áreas afins.

Espera-se, com essa pesquisa, contribuir com o processo de trabalho do Serviço Social neste contexto, produzindo reflexões acerca do trabalho social com famílias e sua importância para que os direitos sejam garantidos. Como limites, aponta-se o período pandêmico, que não possibilitou uma coleta de dados presencial, ficando restrito ao questionário, como também o fato de que o trabalho demorou para ser confeccionado, podendo ter situações que já foram alteradas.

3.1 O CONTEXTO SOCIO-INSTITUCIONAL DA PESQUISA: CRAS CONTINENTE II

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Continente II é uma unidade pública municipal pertencente à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), onde promove serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB), sendo ela a porta de entrada para os demais serviços da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Neste equipamento, encontram-se diversas ações voltadas para prevenção de situações de vulnerabilidade ou risco social, onde se busca a viabilização de direitos dos usuários. O CRAS Continente II, por ser uma porta de entrada para os demais serviços socioassistenciais do SUAS, atua com os segmentos mais vulnerabilizados socioeconomicamente, reafirmando a importância da família e da comunidade na construção da autonomia e de pertencimento social (Thomaz, 2007).

O CRAS Continente II, tem uma área de abrangência de 5.000 famílias e faz parte do município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. O equipamento foi inaugurado em 2004 e inicialmente funcionava como plantão social, onde atendia apenas casos emergentes, como distribuição de cestas básicas entre outros benefícios eventuais. Somente em 2013 que obteve uma sede própria construída com recursos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, onde se encontra atualmente. O território de abrangência engloba os bairros de Capoeiras,

Abraão, Vila Aparecida, Jd. Ilha Continente, Coqueiros, Bom Abrigo, Morro da Caixa e Itaguaçu.

Dessa forma, o serviço de Proteção Social Básica, oferecido pelo SUAS, tem como objetivo a prevenção de vulnerabilidade e riscos sociais, promovendo, através de serviços socioassistenciais, o fortalecimento de vínculos familiares, relacionais e comunitários. O perfil dos usuários que buscam o Centro de Referência da Assistência Social, são pessoas que ocupam postos de trabalhos precarizados, com baixa remuneração e pouco valorizadas socialmente (Thomaz, 2007).

Embora não existam estudos específicos desse equipamento sobre o perfil das famílias atendidas, a partir da experiência de estágio, pode-se perceber que há um recorte de classe, gênero e raça, compondo um perfil de mulheres, pobres, negras e de sobremaneira imigrantes. De acordo com Costa (2020), esse é o perfil das usuárias em todo território nacional, historicamente. Mas, estudos invisibilizam os dados, reforçando o racismo estrutural, machismo e patriarcado, colocando como somente como “usuários” da política.

3.1.1 Estrutura Organizacional

Sendo um equipamento pertencente à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), os serviços da proteção social básica (PSB) estão sob a gestão da mesma para implantar a Política Nacional de Assistência Social no município. Dito isto, alguns programas, projetos e serviços devem passar pela organização da própria (Thomaz, 2007).

O financiamento do CRAS Continente II advém do cofinanciamento da Política de Assistência Social, prevista na Constituição Federal de 1998 e detalhada no NOB/SUAS de 2005. Dessa forma, os recursos destinados à Assistência Social são alocados no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), para sua execução. No mais, é necessário que se tenha o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, Plano Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social (Brasil, 2004).

O CRAS Continente II oferece, prioritariamente, o Serviço de Proteção e Atenção a Família (PAIF), onde acontece o acompanhamento de famílias e indivíduos beneficiários de programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família. Ademais, o PAIF é um serviço de caráter continuado cuja finalidade consiste no fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo situações que possam ameaçar a

ruptura de seus vínculos, garantindo assim o direito a convivência familiar e comunitária (Ministério do Desenvolvimento Social, 2004).

Além dos serviços socioassistenciais, garantem direitos através do Cadastro Único, que possibilita o acesso a diversos benefícios, como o Bolsa Família, Cartão do Idoso, Inserção de Concurso Público, BPC (Benefício de Prestação Continuada), entre outros. Além desses, há os benefícios eventuais (previstos na Lei Orgânica de Assistência Social), que são benefícios de caráter temporário, ou seja, configuram como proteção social provisória as famílias e indivíduos que não têm condições de arcar pela sua própria subsistência (Thomaz, 2007).

A Lei Municipal nº 10.444, de outubro de 2018, institui normas para a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política municipal de Assistência Social, sendo eles:

Art. 3 O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com as necessidades urgentes e com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O acesso aos benefícios eventuais instituídos por esta Lei é garantido às famílias cujos membros tenham renda per capita mensal igual ou inferior a meio salário mínimo e renda familiar não superior a três salários mínimos vigentes no País, considerados para esse cálculo todos os membros da família, inclusive idosos, incapazes e crianças de qualquer idade (Florianópolis, 2018).

A demanda do CRAS Continente II, no período pandêmico e pós pandêmico, centrou-se no auxílio alimentação, dada a conjuntura da crise não só sanitária, mas também política e econômica que acentuou várias expressões da questão social, dentre elas, a alta do desemprego, a falta de comida, renda e encarecimento do custo de vida.

Com relação às ações ofertadas e o trabalho com famílias destacam-se os grupos de acolhimento, os atendimentos para mulheres que recebem o benefício natalidade, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com os idosos.

Outra ação foi a construção de uma horta comunitária chamada “Cultivando Vínculos”, fruto de uma parceria com a Organização Não Governamental (ONG) do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). A ideia da horta comunitária nasceu no período de pandêmico, em que não poderia haver aglomeração em locais cobertos. Naquele momento a ideia da horta foi muito viável, além de ser em local aberto, o CRAS dispunha de sede própria.

A equipe que comandava a oficina da horta era composta pela psicóloga, assistente social e um agrônomo. O nome da horta foi escolhido pelas participantes como “Horta Mãe”, remetendo às mães que abrigam todos os seus filhos e não deixam faltar alimento para eles. Um momento muito rico, em que era possível trabalhar vários temas que são pertinentes, tais como fome, segurança alimentar e nutricional, uma vez que se demonstrava a forma de cultivo, compostagem e as famílias levavam alimentos da horta para suas casas.

A questão do intercâmbio cultural foi outro ponto positivo, pois várias pessoas imigrantes participavam e faziam coletivamente comidas típicas de cada país. As plantas tinham os nomes dos países de origem das participantes, trabalhando esse intercâmbio e ampliando a rede de apoio para mulheres que não falavam português e não conheciam ninguém no Brasil.

Para além disso, questões como violência doméstica e outros temas que eram abordados de forma subjetiva, pois em alguns países dessas mulheres a violência era naturalizada, e muitas nem sabiam da existência da Lei Maria da Penha³.

Esse é apenas um exemplo de como se trabalhavam as questões de acolhimento, pertencimento social e comunitário, bem como autonomia dessas mulheres. Algumas tinham habilidades para costura e, dessa forma, ministravam curso de costura para as colegas. Outras sabiam desenhar, fazer artesanato, cozinhar e assim, no espaço do CRAS, haviam essas trocas entre as participantes.

As atividades realizadas no CRAS possibilitaram trabalhar com as famílias para além da questão do benefício, perpassando o acesso aos direitos e à participação popular nas decisões. Através de convidados externos, como da Previdência Social, Delegacia da Mulher, além de outros, o CRAS desenvolve ações socioeducativas e de acesso aos direitos socioassistenciais.

³ A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Brasil, 2006, n.p.).

4 AS POTENCIALIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS E SEU IMPACTO SOCIAL

Neste capítulo serão apresentados os dados levantados na pesquisa de campo, realizada com assistentes sociais que atuam no CRAS Continente II. Para tal, inicialmente, serão apresentados breves dados sobre o perfil das trabalhadoras para posteriormente analisarmos suas apreensões da realidade social, tecendo considerações a luz do referencial teórico.

Como já mencionado anteriormente, foram três profissionais de Serviço Social que participaram da pesquisa, sendo o número de profissionais vinculadas ao CRAS, à época da coleta de dados.

Quadro 1: Identificação das participantes da pesquisa.

Nome	Identidade de gênero	Pertença étnico racial	Idade	Tempo de formação	Tempo de atuação no CRAS
A1	F	Branca	44	20	11
A2	F	Branca	53	25	13
A3	F	Branca	38	15	08

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A partir do exposto na tabela acima, observa-se que o perfil das trabalhadoras são mulheres, brancas, com tempo de formação entre 13 e 25 anos. Vale destacar que a profissão continua, ao longo dos anos, sendo eminentemente feminina. A pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS (2022), em meados dos anos 2000, mostrou que o percentual de profissionais do sexo feminino é de 97%, enquanto na pesquisa do recadastramento de 2020 foi de 92,92%, revelando que os profissionais do sexo masculino já perfazem mais de 5%, ou precisamente, 6,97%.

Para além disso, no quesito étnico racial, observa-se que as três são brancas. É importante refletir sobre as origens da classificação étnico-racial e sua repercussão nas relações sociais que reverberam até os dias atuais. A profissão começa a se estruturar junto à Igreja católica, com as damas de caridade, que tinha uma clara estratificação racial. Pinto (2003) destaca que somente em 1927 a associação de missionárias “Jesus Crucificado” foi a primeira a aceitar mulheres negras, de maneira separatista e elitista, especialmente por se tratar da cidade de Campinas, onde os negros passavam por uma rua e brancos por outra. As reuniões desta

associação também se davam desta forma, de um lado mulheres ricas, brancas que queriam fazer caridade e de outro lado as mulheres pobres e negras (Pinto, 2003).

Atualmente, a configuração vem sendo substancialmente alterada, com a entrada do sistema de cotas nas universidades públicas, concursos e políticas afirmativas. A pesquisa do conjunto CFESS/CRESS (2022) indica que metade das/os profissionais no Brasil se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes. Na sequência, estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98%

Para a análise dos dados, optou-se por elencar palavras-chaves centrais, das questões extraídas do questionário, facilitando assim o agrupamento de informações conforme segue.

4.1 DIAGNÓSTICO SÓCIO TERRITORIAL

A partir da constituição do SUAS, uma de suas bases é a vigilância socioassistencial, que se caracteriza enquanto uma análise territorial, mas não só quantitativa, sendo a responsável por dar subsídio para construir o planejamento das atividades. A vigilância socioassistencial, especificamente, se destaca como ação pautada em estudos territorializados e contínuos sobre dois aspectos importantes: a análise das múltiplas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social vividas por famílias/indivíduos e a oferta e padrões de serviços, programas e projetos da política (Política Nacional de Assistência Social, 2004).

Quando a vigilância gera informações e diagnósticos territorializados, os profissionais podem construir respostas mais assertivas e condizentes com as demandas e a realidade social. Nesse sentido, uma das questões levantadas no questionário é se há um diagnóstico no território de abrangência do CRAS em estudo. As respostas foram unânimes de que não há um diagnóstico, conforme expressam a seguir:

A1: não / o setor de vigilância sócio assistencial foi extinto pela atual gestão municipal.

A2: Ainda não existe, somente dados fornecidos pelo cadastro único sobre imigrantes e número de beneficiários do auxílio Brasil e Benefício da Prestação Continuada (BPC).

A3: Não há diagnóstico sócio-territorial da área de abrangência deste CRAS no momento, em razão da falta de RH na equipe da vigilância

socioassistencial. Recentemente a vigilância socioassistencial foi implantada novamente.

É importante destacar que o município de Florianópolis dispunha de um setor de vigilância, conforme estudo apresentado na dissertação de mestrado de Fritzen (2017)⁴. Entretanto, na última gestão, esse setor foi desativado gerando prejuízos para o SUAS do município.

Cabe destacar aqui, que nos últimos anos houve um imenso retrocesso na Política de Assistência Social no contexto nacional e local. Para além do período pandêmico, o desfinanciamento da política trouxe inúmeras consequências, como o fechamento de CRAS, redução das equipes de referências e, conseqüentemente, a não oferta de serviços socioassistenciais.

A atual conjuntura reflete um projeto de governo, centrado na perspectiva neoliberal, cujo interesse se manifesta no esvaziamento das políticas sociais, na burocratização do acesso aos benefícios, no corte de recursos financeiros e humanos, na terceirização para ONGS, precarizando, assim, os serviços públicos.

4.2 O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS

Dando continuidade às questões, quando indagadas sobre o perfil das famílias e estudos que apontem esses dados, as respostas foram unânimes: não há um estudo neste sentido. Da mesma forma que a análise supracitada sobre o território, há um desconhecimento dos dados relativos ao perfil das famílias atendidas, conforme segue:

A1: não.

A2: Ainda não existe, pois estamos com poucos profissionais e uma grande demanda de trabalho, pois o trabalho do assistente social no Cras é muito abrangente e não se resume somente ao acompanhamento familiar do paif.

A3: Não há estudos sobre o perfil das famílias acompanhadas neste momento no CRAS.

⁴ FRITZEN, Juliana. A vigilância socioassistencial na política de assistência social: uma análise sobre seus processos e "produtos" a partir da realidade de Florianópolis. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

Florianópolis dispõe de um sistema informacional próprio, o Sistema de Acompanhamento da Família e Indivíduo (SAFI), bem como do Cadastro Único, que podem ofertar dados atualizados. Entretanto, para se extrair as informações, é necessário contar com profissionais que possam gerar relatórios e informações úteis, função essa que poderia ser atribuída à vigilância socioassistencial, caso estivesse em funcionamento.

Para além disso, a falta de Recursos Humanos nos CRAS faz com que a equipe reduzida se centre nos atendimentos prioritários e emergenciais, não restando muitas vezes, tempo para estudos deste cunho.

O perfil possibilitaria compreender melhor o público atendido e quais são suas necessidades, podendo identificar questões relativas à gênero, raça, classe e também público de migrantes, entre outros. Como exposto, as assistentes sociais utilizam, para seus registros e documentações, da plataforma SAFI, um prontuário *online* onde ficam registrados os atendimentos e acompanhamentos de todas as famílias que utilizaram o CRAS. Nesta plataforma também são solicitados os benefícios que serão enviados para a SEMAS, como o auxílio natalidade, auxílio funeral e transporte.

4.3 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Uma das questões centrais desse estudo é compreender como se dá o acompanhamento familiar, quando é necessário acompanhar de maneira mais contínua as famílias e de que forma se estrutura.

A1: Quando identificamos demandas diversas relacionadas a aspectos que apontam a vulnerabilidade familiar, recentemente elaboramos um instrumental para subsidiar estes aspectos visando identificar o índice de vulnerabilidade de cada família.

A2: Quando as famílias apresentam demandas que justifiquem a inserção no acompanhamento

A3: A família deve ser inserida no acompanhamento do PAIF quando apresenta situações de vulnerabilidades, na qual necessita de proteção da política de assistência social para garantia dos seus direitos socioassistenciais. É necessário atuar junto à família para ampliar a sua capacidade protetiva, na perspectiva de evitar a violação de direitos e/ou risco social.

Conforme apontado nos capítulos anteriores, o CRAS é a porta de entrada para o sistema de proteção social. Ali são identificadas as demandas e encaminhadas para a rede de serviços

socioassistenciais. A família é acolhida e a partir desse acolhimento e convivência nos serviços, pode-se evidenciar melhor sua realidade.

Cabe destacar que as demandas apresentadas normalmente não são sanadas neste espaço, pois os sujeitos possuem necessidades integrais que só poderão ser respondidas por um conjunto de políticas sociais. Não é responsabilidade única e exclusiva da Assistência Social dar conta das expressões da questão social, mas sim, do Estado enquanto instância que deve prover e garantir direitos.

Portanto, ao serem atendidas nos CRAS, as famílias passam a ser acompanhadas e encaminhadas, para dar vazão às suas necessidades sociais. Diante disso, quando indagadas se há um plano de acompanhamento familiar e se é construído com a participação das famílias, as assistentes sociais destacam:

A1: Sim, tentamos dentro do possível construir com as famílias o PAF, nos últimos tempos em virtude do período pandêmico os atendimentos das famílias em acompanhamento foram de modo remoto, estamos retomando recentemente o atendimento presencial.

A2: Sim, é feito junto com a família, colocando os objetivos a serem alcançados e os prazos para o cumprimento dos mesmos, explicando a importância de cada um deles.

A3: Sim, há plano de acompanhamento familiar (PAF), contudo, no período pandêmico, houve dificuldade em aplicar esse instrumental junto às famílias, haja vista que o trabalho foi realizado de modo remoto por quase 2 anos. Retomamos o atendimento presencial nesse ano e estamos inserindo aos poucos o PAF nos acompanhamentos.

O Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) se constitui como um registro das ações que são construídas entre o profissional e a família atendida. Ele é construído juntamente com as famílias, oportunizando que essas vocalizem suas demandas, anseios e desenvolvam sua autonomia, enquanto sujeitos de direitos. Com o PAF, há uma pactuação, um elo de confiança, no qual serão traçadas as metas a serem alcançadas e quais estratégias serão utilizadas, mesmo com todos os entraves no que se refere ao acesso aos benefícios.

Esses registros auxiliam a equipe técnica, no sentido de demonstrar a historicidade dos atendimentos, bem como os encaminhamentos realizados. Na construção do PAF, as famílias têm a oportunidade de olhar para o território e identificar redes de apoio com as quais elas podem contar (Brasil, 2012).

O CRAS em estudo desenvolve um trabalho bastante respeitoso e acolhedor com as famílias, buscando potencializar as ações no território e ofertar proteção social.

Cabe destacar que incorporar as famílias ao PAF, acolhe-las, respeita-las nas suas singularidades e construir propostas que estejam de acordo com suas necessidades e anseios é o trabalho social com famílias que se deseja. Sabe-se que nem todos os equipamentos prestam atendimentos desta forma. Muitos ainda persistem com práticas conservadoras, de culpabilização familiar. É um desafio para o SUAS superar práticas alicerçadas na caridade e filantropia, com viés moralizante.

4.4 INSTRUMENTO E TÉCNICAS

Quando questionadas sobre quais instrumentos e técnicas são mais acionadas no cotidiano profissional, evidencia-se:

A1: acolhida, escuta, entrevista social, visita domiciliar, orientação, encaminhamentos, atendimento telefônico e presencial, entre outros.

A2-: Escuta qualificada, visita domiciliar, atendimento particularizado, encaminhamentos, oficinas.

A3- R: Os instrumentos e técnicas utilizadas são: acolhida, escuta qualificada, visita domiciliar, encaminhamentos, orientação, atendimento telefônico e presencial e inserção em ações do PAIF.

No que diz respeito aos instrumentos utilizados pelas assistentes sociais tem-se os diagnósticos, os relatórios, as visitas domiciliares, as entrevistas, os acompanhamentos, as reuniões, os pareceres e o desenvolvimento de oficinas e projetos voltados à comunidade. Tais instrumentos estão ancorados no conhecimento da legislação referente à Política Nacional de Assistência Social, assim como com os fundamentos da profissão e com a dimensão ético-política.

Segundo Sarmiento (2017), o instrumento é uma forma de potencializar a nossa ação, a forma como se essa ação se dá é chamada de técnica, ou seja, um conjunto de habilidades.

Dito isso, o conhecimento da realidade nos ajuda a definir nossa intenção profissional. Nossas ações concretas nem sempre dependem de instrumentos materiais. No entanto, o autor chama atenção ao se limitar à mera operacionalização de forma focalista de serviços sociais, onde reproduz a ideologia dominante. Nesse sentido, Sarmiento (2017) traz o conceito de instrumentalidade, na medida em que a instrumentalidade requer qualidade, ou seja, é através

da instrumentalidade que temos a junção entre as três dimensões para a atuação da categoria profissional, sendo elas, a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Dessa forma, é na instrumentalidade do assistente social que possibilita exercer sua autonomia, avaliar e analisar qual instrumento melhor se enquadra em determinado momento de sua intervenção, promovendo uma reflexão crítica e compartilhada e romper com o constituído, com o senso comum, trabalhando com as contradições. Nesse sentido, é no campo imaterial que a ação profissional ganha concretude, através do conhecimento e articulação das dimensões supracitadas.

No que se refere ao estudo social das famílias em acompanhamento familiar, observa-se que não há:

A1: de modo bem genérico, nada estruturado dentro das normativas e diretrizes.

A2: Não respondeu

A3: Não há.

A não realização do estudo social deve-se ao perfil do serviço, que foca em ações mais coletivas e acaba utilizando outros, conforme citado anteriormente. Muito embora, sabe-se que para as famílias em acompanhamento, um estudo mais aprofundado pode possibilitar maior concretude das ações.

4.5 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E DOS SERVIÇOS

Uma das questões centrais do trabalho profissional é a possibilidade de teleologia, de planejamento, de buscar mudanças e alterações na realidade social. Diante disso, o planejamento pode ser um dos principais instrumentos de mudança no cotidiano das ações. Quando indagadas sobre o planejamento das ações, as assistentes sociais foram unânimes ao responder que há.

A1: Sim, anualmente elaboramos um planejamento das ações a serem realizadas pela equipe e a avaliação é realizada semestralmente. No entanto, cada técnica tem seu planejamento semanal, a equipe se reúne semanalmente para assuntos administrativos e a equipe técnica tb se reúne semanalmente

para estudo de casos ou avaliar encaminhamentos diversos recebidos da rede ou para distribuição.

A2: Aumento no número de demandas e número reduzido de profissionais, dificultando o andamento do trabalho.

A3: Sim, o trabalho do PAIF possui um planejamento das ações anual e é avaliado pela equipe semestralmente. Ocorre ainda, o planejamento semanal de cada técnica para execução das suas ações; reuniões semanais para assuntos administrativos com toda a equipe do CRAS e reuniões semanais com a equipe técnica para organização do processo de trabalho e estudo de caso.

Mioto (2016) aponta a importância de planejar nossas ações no trabalho social com a famílias. Se não houver planejamento, serão engolidos pelas demandas espontâneas, consequentemente focando apenas no benefício, de uma forma pontual, sem uma intervenção de forma crítica.

Esse planejamento tem como objetivo sustentar os processos de trabalhos de forma organizada e racional, garantindo efetividade. A autora explicita que as ações de planejamento são cruciais para a organização do processo de trabalho das equipes e dos serviços. Tais ações são necessárias para fomentar planos de trabalho, de produção e de documentos.

Com o planejamento, permite-se monitorar e a avaliar o trabalho, bem como analisar a tomada de decisões em relação ao conjunto de ações desenvolvidas pela equipe. Mioto (2016) afirma que para haver um bom planejamento é importante conhecer a realidade social dessas famílias, saber quem são, como vivem, como elas exercem a proteção social, conhecer o território.

Para o desenvolvimento do trabalho social com famílias, ancora-se no planejamento estratégico, ou seja, um contínuo processo de construção e reconstrução, com o objetivo de ofertar respostas mais condizentes a necessidades postas pelas famílias, conhecendo o problema, identificando as necessidades, oportunidades e ameaças e indicando alternativas pautadas na intervenção

4.6 A ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR

No que se refere ao trabalho interdisciplinar no PAIF, as assistentes sociais destacam:

A1: conforme já descrito nas respostas anteriores, atualmente o trabalho interdisciplinar não acontece em virtude da ausência de psicólogos na equipe,

somente nas reuniões técnicas quando conseguimos realizar um estudo de caso e podemos contar com a troca com a coordenadora.

A2: No momento não está sendo realizado pois estamos somente com assistentes sociais, sem psicólogos.

A3: Não há trabalho interdisciplinar no PAIF neste momento.

A falta do trabalho interdisciplinar em equipe pode trazer prejuízo no atendimento às famílias no CRAS. Para Ronzoni (2019), a interdisciplinaridade vai entrar em debate a partir da divisão sócio técnica do trabalho, que vai exigir novos saberes em resposta a demandas trazidas pelo modo produção capitalista.

A autora também traz que o trabalho interdisciplinar vai além do que um modo de atendimento em conjunto, que ele deve estar atrelado a nossa *práxis* social transformadora, enquanto uma prática dentro do SUAS, tendo consciência de classe, de que somos trabalhadores assalariados e os usuários também fazem parte dessa classe trabalhadora, ou seja, esse usuário também sofre opressões do Estado.

Riscos e vulnerabilidades não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas, alcançadas por meio do trabalho interdisciplinar no PAIF.

Nossa prática coletiva deve ir de encontro a atender as necessidades sociais dessa população. Sob essa mesma população vulnerável, deve reunir profissionais em torno de valores comuns. Devemos entender que a interdisciplinaridade não significa uma unicidade teórica, mas que devemos ter uma direção ética e política ao levar o exercício profissional interdisciplinar, questionando se o objetivo da sociedade que buscamos é de sujeitos sociais emancipados, com plenos direitos garantidos, como Saúde, Educação, alimentação, Assistência Social.

Com isso em vista, para a prática no trabalho social com as famílias no CRAS, é necessário que seja no sentido de emancipação humana, para garantir o direito dessas famílias de ter acesso a todos bens e serviços. Para que ocorra esse trabalho de forma harmoniosa, é importante uma integração mútua, para construir uma postura de abertura para novos saberes e trocas cotidianas de diversos campos.

Rozoni (2019) chama a atenção para que a interdisciplinaridade não sobreponha a disciplinaridade. Para se fazer um bom trabalho, é necessário pesquisar a área de atuação e ter conhecimento do código de ética da sua profissão. A autora também alerta que precisamos

pensar nossas ações articulando a interdisciplinaridade, a intersetorialidade e a integralidade. Segundo Ronzoni (2019), vai atribuir à integralidade, o conceito de considerar o sujeito como portador de necessidades integrais.

Nesse sentido, são necessários diferentes profissionais para compreendê-lo, para atuar nessa perspectiva da interdisciplinaridade, pautada no pluralismo, ou seja, diferentes correntes teóricas de diferentes profissionais que vão ter uma direção ético política comum, que é uma política pública, laica, de qualidade para todos.

4.7 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

A1: a articulação intersetorial com a rede ocorre de acordo com as demandas, não há algo permanente somente ações pontuais e com objetivos específicos para cada situação. No entanto sempre que necessário é possível acessar a rede através de contatos telefônicos, mensagens eletrônicas ou presencialmente. Na saúde geralmente articulamos com a equipe multi ou com os residentes, na educação diretamente com a equipe diretiva, na previdência diretamente com as técnicas do serviço social.

Mensalmente articulamos uma atividade na comunidade da Vila Aparecida em parceria com o CIS Santa Dulce dos Pobres, onde realizamos um acolhimento coletivo para os usuários da comunidade, essa atividade somente foi viabilizada com essa articulação.

Já realizamos atividades comunitárias no espaço do Cras com articulação da saúde, serviços do território e entidades conveniadas.

Anualmente o SCFV Projeto Família Saudável localizado no Abraão realiza a Festa da Família e participamos da ação para divulgar os serviços e benefícios ofertados no Cras e orientação acerca do cadastro único.

Semanalmente realizamos uma oficina da horta em parceria com a ONG CEPAGRO onde os usuários do serviço e de famílias acompanhadas participam de atividades para fortalecimento de vínculos e convivência familiar e comunitária.

A2-R: Não respondeu.

A3: Apesar de não existir uma articulação intersetorial planejada, faz parte do cotidiano do trabalho do PAIF, contatos frequentes com a rede através de e-mail, telefone, reuniões e encaminhamentos. Já foram realizadas ações comunitárias para as famílias da área de abrangência deste CRAS em que houve participação da rede. O CRAS, quando convidado pela rede, participa de atividades para divulgar os serviços prestados.

Rozoni (2019) afirma que no Brasil temos poucas ações intersetoriais, embora todas as políticas tragam, em seus documentos oficiais, que a intersetorialidade tem que ser realizada. O que se consegue fazer é um trabalho de articulação da rede. Nessa lógica, uma dificuldade da

atuação intersetorial é que ela deve nascer desde o planejamento até a execução de uma ação, devendo ser políticas pensadas e elaboradas de forma conjunta, mas continuam sendo um grande desafio para os municípios.

4.8 LIMITES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Quando questionadas sobre os limites identificados no trabalho do serviço social com as famílias, as respostas variaram:

A1: a demanda de atendimentos e a capacidade de atendimento das equipes são limites institucionais que podemos destacar, bem como a redução de técnicos de nível superior, atualmente somos 3 assistentes sociais para atender todas as demandas do cras. A única psicóloga da equipe atualmente ocupa a coordenação do equipamento, ou seja, nossa equipe conta com 1 assistente social no período matutino e 2 no período vespertino.

A2: Aumento no número de demandas e número reduzido de profissionais, dificultando o andamento do trabalho.

A3: O número de profissionais que compõe a equipe técnica, atualmente, encontra-se insuficiente. Não há profissional de psicologia compondo a equipe PAIF neste momento. Os acompanhamentos são realizados apenas por um técnico.

Iamamoto (2009) enfatiza que a autonomia que os profissionais possuem nos espaços sócio ocupacionais não é plena, é relativa na medida em que o trabalho do assistente social depende da instituição para assegurar os meios de realização do seu trabalho. Dessa forma, depende da parte de recursos, materiais e equipamentos adequados para atender os usuários. Nestes termos a autora destaca:

[...] ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano de trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa (Iamamoto, 2009, p. 63)

Dessa forma, tendo em vista que assistentes sociais que atuam no CRAS trabalham diretamente com a Política de Assistência Social, e que essa é gestada pela Secretaria Municipal de Assistência (SEMAS), os profissionais, assim como a própria instituição, estão subordinados a esta gestão, que em tese, possuem interesses antagônicos para o tocante da Política de Assistência Social.

O profissional vê-se diante de situações em que só "enxuga gelo", no qual objetivos definidos para a ação profissional dificilmente são alcançados, e essa limitação do fazer profissional aos ditames institucionais tende a dificultar as possibilidades de definir objetivos e estratégias de ação, que de fato atendam às reais necessidades dos usuários, tendo como norte o protagonismo e a emancipação da classe trabalhadora.

As demandas cada vez mais latentes e a redução das políticas sociais, das equipes e dos recursos, tendem a sobrecarregar as equipes, tornando o trabalho mais complexo e difícil.

4.9 POTENCIALIDADES DO TRABALHO REALIZADO

Quando questionadas sobre as potencialidades do trabalho realizado com as famílias no acompanhamento familiar, as respostas foram:

A1: confesso que tenho um pouco de dificuldade em visualizar as potencialidades do trabalho desenvolvido, haja vista a grande demanda que temos nos últimos 2 anos principalmente relacionadas a benefícios. Neste período não conseguimos formalizar o PAIF tão pouco construir o PAF com as famílias. Sinto que somos literalmente "engolidas" pela demanda de benefícios. A redução de RH com toda certeza gera uma sobrecarga de trabalho e desse modo não conseguimos visualizar esses aspectos.

A2: Conhecer melhor as demandas apresentadas pela família possibilitando uma articulação com a dimensão sócio-política, e junto com a mesma buscar a melhor forma de atuação para alcançar os objetivos propostos.

A3: Identificar as potencialidades no trabalho com as famílias necessita da implantação do PAF planejado em conjunto com as famílias. O trabalho do PAIF foi afetado pela pandemia COVID-19, ficando exclusivamente voltado a concessão de benefícios eventuais. Estamos retomando o acompanhamento presencial das famílias acompanhadas e tentando identificar as potencialidades das mesmas.

Na sequência, foram questionadas se é possível articular o atendimento sócio emergencial com a dimensão sócio-política no trabalho social com as famílias.

A1: nos últimos anos, principalmente em virtude da pandemia e com o aumento da vulnerabilidade das famílias observo que o atendimento sócio emergencial tem invadido nosso cotidiano de trabalho no CRAS. Com a demanda crescente para benefícios e a redução de RH, a equipe na grande maioria das vezes não consegue fazer PAIF e desse modo não consegue atingir essa dimensão sócio política do trabalho social.

A2: O atendimento sócio emergencial, como o próprio nome diz, é um atendimento de emergência, onde podemos fazer um atendimento pontual, considerando a dimensão sócio-política, porém é necessário um conhecimento mais profundo sobre a situação da família, que somente em um atendimento fica impossibilitado.

A3: Desde o surgimento da pandemia Covid-19, observa-se uma intensificação das expressões da questão social. As demandas por atendimento sócio emergencial tiveram uma crescente procura, em grande parte, para acesso a benefícios eventuais, interferindo diretamente no trabalho do PAIF que foi afetado nesse período.

Ademais, sobre as mudanças ocorridas nas famílias após o acompanhamento familiar no PAIF, as respostas foram:

A1: em alguns casos temos retornos positivos com o acompanhamento familiar, é possível perceber um amadurecimento das famílias quanto à percepção de sua organização familiar. Muitas vezes percebemos que a vulnerabilidade econômica não é alterada, porém o relato demonstra que foi possibilitado o acesso a direitos e serviços antes desconhecidos. Destaco que muitas famílias após o desligamento multiplicam as informações, direitos e serviços para outras famílias e para sua comunidade.

A2: Conquista da autonomia das famílias, acesso a informações e a direitos, fortalecimento de vínculos

A3: Ocorreram situações de acompanhamento familiar positivas em que foi possível perceber o protagonismo, autonomia e a conquista da autoestima das famílias, após superação de vulnerabilidades e de acesso a direitos.

A partir do exposto, observa-se que, apesar do planejamento estar presente, as profissionais sentem-se cansadas e desanimadas, não conseguindo muitas vezes vislumbrar potencialidades do trabalho desenvolvido.

É importante demarcar que esse questionário foi aplicado no período pós pandemia, onde as demandas aumentaram enormemente, assim como as situações de insegurança alimentar, violências, etc. Neste sentido, mesmo não sendo função do CRAS, o mesmo centrou-se em dar conta destas demandas.

Neste ínterim, na maior parte do tempo, as profissionais estão centradas nas ações sócio emergenciais, restando pouco tempo para o eixo político organizativo, que seria o grande mote da proteção social básica.

Por outro lado, percebe-se que as famílias acompanhadas desenvolvem maior autonomia, alargam suas redes de proteção social e conquistam autonomia e autoestima, na busca por seus direitos.

A noção de autonomia das famílias não deve se restringir à busca de respostas e soluções dos problemas por si sós, em especial, mediante recursos internos, mas implica o desenvolvimento da capacidade de discernir as mudanças possíveis de serem realizadas no âmbito dos grupos familiares e de suas redes; daquelas mudanças que exigem o engajamento desses grupos, organizados em coletivos, em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações mais gerais e a efetivação de direitos.

Assim, envolve capacidade de opinar, escolher, decidir e agir intencionalmente, mediante suportes oferecidos, capacidades construídas, situações refletidas, informadas, debatidas, devendo ser esses os objetivos da educação que visa à emancipação (Teixeira, 2010, p. 294).

Corroborando com a potencialidade do trabalho social com famílias realizado nos CRAS, bem como resultados desse estudo, Teixeira (2010) destaca

O trabalho socioeducativo com famílias ou grupos de famílias devem buscar a inserção desses sujeitos no circuito do território e da rede de segurança social e articular o individual e o familiar no contexto social, levando esses sujeitos a ultrapassar o imediatismo de suas concepções, mas tendo como princípio que subjetividades transformadas só provocam mudanças com ações coletivas, com acesso a serviços, benefícios, ou seja, com condições objetivas (Teixeira, 2010 p. 296).

São muitos os desafios a serem enfrentados, mas considerando todos os limites institucionais, a ausência de uma equipe interdisciplinar e as demandas emergenciais cada vez mais latentes, pode-se considerar que o Serviço Social constrói inúmeras “pontes” para essas famílias atravessarem para outras dimensões sociais antes impossíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Bisneto (2002), o Sistema Único de Assistência Social, em sua implementação, veio para barrar o assistencialismo e o paternalismo, de fato. No entanto, vivemos ainda uma nova roupagem do conservadorismo, na medida em que garantimos uma Proteção Social de responsabilidade do indivíduo, onde o Estado é responsável apenas pela pobreza extrema.

Dessa forma, é inviável falarmos na plena concretude da Política de Assistência Social e de outras políticas públicas em um sistema cujo objetivo é privatizar, destruir e sucatear os direitos historicamente conquistados, sendo este, o grande empecilho para a emancipação da classe trabalhadora.

O desfinanciamento da política e o fato de não haver, se quer, 1% do orçamento da união destinado a essa política, tão essencial e imprescindível para a população, revela o descaso e a falta de compromisso com as expressões da questão social.

Este estudo revela os avanços políticos e especialmente legais da Política de Assistência Social, desde o período da antiga LBA até os dias atuais, buscando demonstrar suas raízes alicerçadas no conservadorismo, na caridade e filantropia, bem como sua evolução enquanto direito social e dever do Estado.

Além do mais, a pesquisa demonstrou a nova estrutura do SUAS, dando ênfase à Proteção Social Básica, destarte para o trabalho social com famílias realizado em todo esse período histórico e o que almeja dele na atualidade.

A pesquisa revelou que não há diagnóstico socioterritorial e estudos relativos ao perfil das famílias. Há uma sobrecarga das profissionais, que devido ao período pandêmico e suas consequências, acabam centrando suas ações nos atendimentos sócio emergenciais. Por outro lado, mesmo diante das difíceis condições de trabalho, as profissionais realizam planejamentos, desenvolvem grupos, acolhem famílias e imigrantes. Também constroem o Plano de Atendimento Familiar, conjuntamente com as famílias e mesmo estando muitas vezes desanimadas com o contexto, identificam que o resultado e impacto social do trabalho é positivo. As profissionais vislumbram mudanças nos contextos familiares, como o aumento da rede de apoio e a autonomia política, na busca por direitos.

Com relação aos pontos que ainda precisam de atenção destaca-se: a urgente e necessária reposição da equipe de trabalho e o aumento de recursos humanos que possam dar conta das demandas latentes, como também a elaboração de um diagnóstico socioterritorial que

apresente dados da realidade, bem como do perfil das famílias atendidas, com recortes de classe, gênero, raça, identificando o número de famílias atendidas e suas singularidades, identificando o número de migrantes, crianças, idosos, pessoas com deficiência, sendo este o público com maior incidência de vulnerabilidade social. Para além disso, a busca ativa de usuários dos Programas de Transferência de Renda, Bolsa Família e BPC possibilitariam um acompanhamento social às famílias.

Portanto, a partir do exposto, considera-se que o presente estudo atingiu seus objetivos, identificando limites e potencialidades do trabalho profissional junto ao CRAS.

A luta pela ampliação de direitos e a primazia da responsabilidade estatal na sua provisão, devem ser o horizonte a ser seguido. Seguiremos na luta!

REFERÊNCIAS

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995**. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1995.

BRASIL. **Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004**. Define as ações continuadas de assistência social. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2004b.

BRASIL. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1993.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília: Brasil, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. v. 1. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: Governo Federal, 2016.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, Volume 2 – Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 1ª edição, Brasília, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991, p.77- 87.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. ISBN 978-65-86322-06-4, 2022.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004. (p. 139-182).

FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira; União e Resistência dos trabalhadores negros /Gracyelle Costa Ferreira, -2020, 291f

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 122 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MESTRINER, M. L.O **Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2000.

MESTRINER, Maria Luiza. “A intrincada relação histórica entre a assistência social e a filantropia no Brasil”. In.: STUCHI, Carolina G. PAULA, Renato F. dos S. PAZ, Rosangela D. (org.). **Assistência Social e filantropia: cenários contemporâneos**. S.P: Veras, 2012. p.39-62

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 1991.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Organização Mundial da Saúde. Histórico da Pandemia de Covid-19. Folha informativa sobre Covid-19. Estados Unidos da América: Escritório Regional para as Américas da OMS, 2022.

PINTO, Elizabete Aparecida. O lugar do negro nas instituições de assistência social. In: PINTO, Elizabete Aparecida. **O serviço social e a questão racial**: um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003, p. 44-53.

RONZONI, Rúbia dos Santos. Atuação interdisciplinar no SUAS: Desafios e perspectivas. In: **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, novembro de 2019.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2017, p. 109 a 126.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários**: Entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**, v. 9, n. 2. Porto Alegre, 2010, p. 286-297.

THOMAZ, Sayonara P. **Direito a assistência social na perspectiva do SUAS**: a experiência do município de São Jose – SC. 2007. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

YASBEK, M. C. Estado e políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 77, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Formulário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GRADUANDO: Marcos Da Conceição Soares

ORIENTADORA: Prof.^a. Dra. Rúbia Dos Santos Ronzoni

ENTREVISTADOS (AS):

TEMA: O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO PAIF.

OBJETIVO GERAL: Analisar o trabalho social realizado com as famílias em acompanhamento no PAIF.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Compreender como se dá o acompanhamento familiar;
- Identificar as possibilidades e limites da intervenção profissional dos Assistentes Sociais no âmbito do PAIF;
- Elencar as potencialidades do trabalho social com famílias na Proteção Social Básica.

APRESENTAÇÃO

Nome:

Tempo de formação:

Tempo de atuação CRAS Continente II:

Sexo:

Raça:

ROTEIRO DE QUESTÕES

1. Há um diagnóstico socio-territorial do território de abrangência do CRAS Continente II?

2. Quando a família deve ser inserida no acompanhamento familiar?
3. Existe um estudo sobre o perfil das famílias acompanhadas no PAIF?
4. Quais instrumentos e técnicas são utilizadas no trabalho com as famílias no PAIF?
5. Há um plano de acompanhamento familiar? E se sim, ele é construído com a participação das famílias?
6. Há um planejamento dos serviços no PAIF e do trabalho profissional das assistentes sociais?
7. Há estudo social das famílias em acompanhamento familiar?
8. Quando é considerado o momento ideal para o desligamento das famílias do acompanhamento familiar?
9. Quais os limites identificados no trabalho do serviço social com as famílias?
10. Quais as potencialidades do trabalho realizado com as famílias no acompanhamento familiar?
11. É possível articular o atendimento sócio emergencial com a dimensão sócio-política no trabalho social com as famílias?
12. O que vocês percebem que mudou na família após o acompanhamento familiar no PAIF?
13. Como é realizado o trabalho interdisciplinar no PAIF?
14. Como ocorre a articulação intersetorial entre a rede?